

É Possível Erradicar a Palhota, como habitação, em Moçambique. Mas Como?

Por: Raúl Chambote, 16 Março 2015

Num tom provocador, escrevi e postei no meu perfil do facebook no dia 28 de Setembro de 2014 o seguinte: “Oh, candidatos às Eleições Presidenciais de 15 de Outubro de 2014, peço para que cada um de vós os três (o da Frelimo, o da Renamo e o do MDM), coloque o seguinte nos vossos futuros planos de governação, em caso de vitória eleitoral, uma meta: erradicar a palhota como habitação nos distritos onde existem operações mineiras. Por exemplo em Tete, os distritos de Moatize e Marara deviam ser declarados livre de palhotas até 2019; em Inhambane, os de Pande e Inhassoro deviam ser declarados livres de palhotas até 2019; em Nampula, os distritos de Moma e Nacala deviam ser declarados livres de palhota e finalmente, em Cabo Delgado, Palma devia ser declarada livre de palhota até 2020. Será isso muito difícil de cumprir, oh meus candidatos da Patria Amada?”. O fundamento da minha provocação basea-se no facto de que a palhota, quer como habitação ou mero conceito, não consta nem no léxico político moçambicano como símbolo da nossa auto-estima e o Plano Quinquenal de Governo 2015-2019, embora mencione a palavra habitação, ignora a questão da erradicação da palhota como habitação. Porque me interessa a questão da palhota, os dados na imagem extraídos do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) ajudam-nos a compreender a dimensão do problema se tivermos que comparar o número total da população na totalidade da extensão do Distrito de Moatize e os que ainda tem a palhota como residência¹.

| MOATIZE EM 2014 | |
|---|---------|
| População | 327.437 |
| Casas com parede de capim | 2.524 |
| Casas com parede maticada | 28.559 |
| Casas com cobertura de capim | 40.738 |
| Fonte: INE. III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007 | |

Logo que postei o texto, tive pelo menos, duas importantes contribuições. Primeira, do Silvestre Baessa que propõe que os planos estratégicos provinciais e distritais deveriam incluir a erradicação da palhota. Nesse ponto acrescento, erradicação gradual da palhota em toda extensão dum província ou dum distrito. Mas como? Iniciemos primeiro com a planificação e depois precisamos ter a vontade e firmeza de assim fazer, pois não consta em nenhuma política de habitação de Moçambique manifesta vontade de erradicar as palhotas em Moçambique. Ouso afirmar que palhota não é nenhum símbolo de auto-estima dos Moçambicanos, quer dos que vivem nas zonas rurais quer das urbanas. E mais, já na 8ª Sessão do Comité Central da FRELIMO realizada em Fevereiro de 1976 e a campanha de planificação no âmbito das Aldeias Comunais lançada após o Seminário de Marrupa, nos remete a importância de planificação para melhor respondermos o desafio milenar: erradicar a palhota como habitação em Moçambique.

Segunda, do Sérgio Padeiro, que questiona porque erradicar palhotas numa zona enquanto se exclui as outras. Interessante interpelação mas peca, por estar inserida numa justeza

¹ Cfr. INE (2013); Estatística do Distrito de Moatize, Novembro 2013, nos Quadros 2.7 e 3.1.

descontextualizado de princípios de equidade, pelas seguintes razões: (i) Moatize e Marara, Pande e Inhassoro, Moma e Nacala; finalmente Palma, são os distritos onde operam algumas das maiores companhias mineiras do mundo. Excluindo a lacuna de legislação nacional em muitos aspectos em relação às comunidades hospedeiras dessas empresas, a inexperiência do Estado em lidar com aquelas nesses assuntos, os interesses dos indivíduos que lidam com processos de interação empresa-comunidade, reconfiguraram relações de poder viradas para gestão de expectativas: impostos para o Estado, compensações para as comunidades. Quanto a mim, essa é mera discussão fugidia sobre o papel e responsabilidade do Estado versus a finalidade e o papel dessas empresas enquanto segmentos produtivos da economia. Há necessidade de abordar, de forma pragmática a questão habitacional da população por ser estrutural para que gradualmente se ajuste a dinâmica da presença dessas mineradoras. Portanto, habitação diferente da palhota pode ser enquadrada de forma selectiva e gradual. Vozes se levantarão defendendo que não se pode mudar os modos de vida das pessoas sem consentimento daqueles. Seja como for, consultemo-los se é mesmo de livre vontade que as pessoas vivem em palhotas. Presumir que o Estado pode fazer tudo para a população e ao mesmo tempo é pura miragem. (ii) É momento oportuno para lembrar ao Governo da Frelimo que foi essa a sua visão de transformação rumo ao desenvolvimento das zonas rurais desde que assumiu a direcção do Estado Moçambique. Desenvolvimento e transformação é discurso oficial da Frelimo desde os primórdios da sua existência. Por exemplo, as Aldeias Comunais foram propostas nesses moldes. As fracassadas Aldeias do Milênio de Chibuto, Lionde, Cahora Bassa e outras, apesar de terem sido colocados de lado as lições das Aldeias Comunais tinham, pelo menos na visão política nacional, e não do Prof. Jeffrey Sachs, essa visão de transformação. Agora que estamos em paz e presença de poderosas empresas, da qual o Estado extrai rendimentos por via de impostos, é chegado o momento de pensar seriamente sobre como se pretende transformar a estrutura habitacional das pessoas nas zonas rurais. (iii) Uma coisa é iniciar a discussão da ideia, mas a outra é tomar uma decisão sobre ela, que neste caso é da soberana responsabilidade do Estado assim fazer em cumprimento do contrato social. Portanto, responsabilidade do Estado não deve em nenhum momento ser confundida com a vontade das empresas no quadro de responsabilidade social corporativa e/ ou plano de desenvolvimento social para o caso das mineradoras com responsabilidade legal de fazer o reassentamento e restauração de modos de vida das pessoas afectadas pelas operações mineiras. Portanto, não se trata de exclusão mas sim trata-se de definir o ponto de partida de uma acção de longo prazo.

Numa insistência minha sobre o post, uma antiga estudante minha sugeria que seria melhor ensinar as pessoas a aprender a construir as palhotas e que são boas para viver. Respeito o comentário mas achei-o frágil por estar descontextualizado, pois a tal estudante nunca experimentou em toda a vida dela o que significa ter palhota como residência. Por isso, mesmo melhorada, uma palhota será sempre palhota. Ou engajamo-nos em transformação deveras ou ficamos em insinuamos de que a população “sente-se melhor naquele meio ambiente” como alguns tentam fazer passar a mensagem, remetendo a maioria no subdesenvolvimento quando o discurso é pro-desenvolvimento.

Para terminar, tendo o novo Governo de Moçambique já sido formado, hoje reitero que gostava de ver incluído no Plano Quinquenal do Governo 2015-19 a questão da erradicação da palhota como habitação em Moçambique e não simplesmente a demarcação de 200.500 talhões e construção de apenas 35.000 casas até 2019 (PQG, p. 20). O Governo de Moçambique pode fazer mais. Ou pelo menos, que fossem declarados livres de palhotas como habitação os distritos de Pande em Inhambane; Moatize em Tete; Moma em Nampula e Palma em Cabo Delgado em 2019. Só assim podemos testar nossa vontade e determinação de desenvolver Moçambique transformando a vida das pessoas nas zonas rurais.